

EDITORIAL

Uma das sessões do GT 09 Trabalho e Educação, durante a 37ª Reunião Anual da ANPED, realizada na UFSC, em Florianópolis, de 4 a 8 de outubro último, versou sobre os periódicos no campo de estudos trabalho e educação. A intenção era reunir os(as) representantes das revistas que publicam, especificamente, a produção acadêmica nesse campo de estudos para discutir as possibilidades e alternativas de uma articulação em torno de fortalecer e dar maior sustentação a essa produção. Dos periódicos convidados, a Revista Trabalho & Educação era um dos dois presentes ao encontro¹ e parte da história da revista, de sua trajetória, de como o periódico participa, desde o seu início, na potencialização e divulgação da produção que trata das problemáticas trabalho e educação, foi colocada em pauta. Desse encontro, importa destacar dois pontos da discussão realizada pelos presentes.

O primeiro diz respeito a um ponto de convergência que fosse capaz de aglutinar e dar maior visibilidade à produção acadêmica do campo de estudos trabalho e educação. Já na sua segunda edição, em 1997, a Revista Trabalho & Educação, como resultado de uma deliberação da reunião do GT Trabalho e Educação, durante a 19ª Reunião Anual da ANPED, assumiu a tarefa de publicar os informes dos núcleos de estudos sobre trabalho e educação no Brasil. Pretendia-se, conforme indicado pelo Comitê Editorial (1997, p.160), contribuir para um “maior intercâmbio entre os mesmos e facilitar a troca de experiências sobre as atividades de pesquisa, ensino e extensão referentes a esta temática”.² A iniciativa, à época, não se consolidou, pois já no ano seguinte, o campo de estudos não sustentou a iniciativa e a ideia só foi retomada e/ou colocada em pauta, novamente, agora.

Pode-se dizer que o que está no horizonte do campo de estudos trabalho e educação é a firme intenção de fortalecer a produção acadêmica em torno de suas problemáticas, pelo reforço e pela ampliação na sua difusão, e que uma iniciativa do tipo, ou a retomada dela, como pode ser percebida na história da Trabalho & Educação, potencializaria, significativamente, as discussões e debates que dizem respeito ao campo de estudos, além de evidenciar os impasses, os problemas e as iniciativas que lhes dão sustentação.

Da nossa parte, importa reforçar uma posição já expressa em 2014, em outro editorial, no volume 23, número 3,³ no qual lembrávamos a criação do GT 09 Trabalho e Educação, durante a 4ª Reunião Anual da ANPED, em 1981, justamente em Belo Horizonte, casa da Trabalho & Educação. Naquela oportunidade, reforçávamos as

¹ O outro periódico presente ao encontro foi a Revista Trabalho Necessário, disponível em <<http://www.uff.br/trabalonecessario/>>. Acesso em 26 dez.2015.

² Cf. COMITÊ Editorial Trabalho & Educação. Informes dos Núcleos. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.160-190, 1997. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/revistas/index.php/trabedu/article/view/1039/900>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

³ Cf. CUNHA, Daisy. Editorial. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.23, n.3, p.7-12, set.-dez.2014. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/revistas/index.php/trabedu/article/view/2229/151>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

preocupações centrais nas ações do GT Trabalho e Educação que, nas palavras de Trein e Ciavatta (2003, p.144),⁴ caminham no sentido de

entender o mundo do trabalho como processo educativo, vale dizer, compreender a pedagogia que se desenvolve nas relações sociais e produtivas no modo de produção capitalista e identificar os espaços de contradição que engendram a construção de uma nova pedagogia comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Na oportunidade, lembrávamos da convocação a que estamos sujeitos para a compreensão da educação, da formação profissional e da formação humana em geral, como imbricação “nas formas de produção social da existência humana, configurando este ponto de vista como um princípio estruturante do pensamento pedagógico brasileiro”.⁵ O sentido e o significado dessa convocação perpassam as intenções e os objetivos da sessão do GT 09 Trabalho e Educação, realizada em outubro passado.

Vale ressaltar que a Revista Trabalho & Educação amplia a tarefa, acolhendo também, desde sempre, pesquisas em outras áreas do conhecimento que se relacionam com as problemáticas próprias desse campo.⁶

Um segundo ponto debatido na ocasião, pautado por nós, diz respeito ao próprio processo de trabalho e produção da Revista Trabalho & Educação que, desde 2010, é levado ao conhecimento público pela força de trabalho de uma equipe de mestrandos(as), doutorandos(as), pós-doutorandos(as), professores(as) e colaboradores(as) de diversas instituições, voluntários(as), envolvidos(as) com esse processo em todas as suas etapas.

E, se se defende o princípio estruturante que lembramos há pouco, no próprio trabalho realizado na produção da Trabalho & Educação, tem lugar um processo educativo, formador, com base exatamente nos processos de trabalho em curso e que permitem editar e colocar a revista à disposição dos(as) leitores(as), autores(as), pesquisadores(as) e demais sujeitos interessados em seu conteúdo, tanto na forma impressa quanto na eletrônica. Nesse processo educativo, todos(as) que têm integrado a equipe da revista formam a si e aos colegas nas ações de trabalho que vão permitir a materialização de cada edição.

A parte mais significativa desse processo passa pela atuação de cada integrante, no seu trabalho como parte da equipe da Revista Trabalho & Educação, considerando, primeiro, a capacidade de compartilhar conhecimento, coletivamente, debater acerca dos problemas enfrentados no cotidiano de produção do periódico e ensinar o que os(as) companheiros(as) de trabalho necessitam aprender e, segundo, a prontidão para o aprendizado e para enfrentar os desafios de ações e tarefas que serão executadas enquanto são construídas metodologias de atuação em relação a elas.

⁴ TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.140-164, set.-dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a11>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

⁵ Cf. Cunha (2014, p.7), já citada na nota 3.

⁶ Cf. em <www.fae.ufmg.br/trabalhoeeducacao>, acessando-se o atalho foco | escopo no menu do alto da página.

Desse processo faz parte o acolhimento da diversidade de pesquisas sobre as relações trabalho e educação, sem deixar que se cristalize uma hegemonia teórico-metodológica, o que pode ser observado neste número, abrindo ainda mais espaço para o debate, para a crítica.

* * *

Dos artigos que publicamos neste número, Richard Wittorski, em *Algumas reflexões sobre uma formação em alternância “integrativa” e “profissionalizante”*, discute a atualidade da alternância como dispositivo de formação que interpela as relações entre a primeira inserção no trabalho e a formação inicial de professores na França.

O trabalho e a formação docente é também objeto de reflexão no Brasil.

Marcos Jerônimo Dias Júnior e Sandra Valéria Limonta Rosa, em pesquisa de caráter teórico-bibliográfico, interrogam a identidade docente na contemporaneidade dos reordenamentos sociais, econômicos, políticos e culturais no artigo intitulado *Trabalho, ideologia e a constituição do ser social: reflexões sobre a questão da identidade docente*.

É também nesse contexto que Davisson Charles Cangussu de Souza, Bárbara Pereira Fernandes e Vanessa Filgueira buscam compreender o fenômeno da proletarização pela via de análise dos processos de trabalho no que eles apresentam da crescente intensificação associada à racionalização das atividades. No artigo intitulado *Racionalização, intensidade e controle do trabalho docente na rede básica de ensino*, discutem resultados de pesquisa na qual são entrevistados 607 professores das escolas municipais e estaduais do município de Guarulhos/SP, o que os permite considerar o quão contraditório é o processo de proletarização em curso.

Júlio Emílio Diniz-Pereira, por sua vez, em *Formação de professores, trabalho e saberes docentes* discute “a condição (do trabalho) docente e a condição de (ser) docente no Brasil e suas repercussões naquilo que acontece efetivamente nas salas de aula em nosso País”, deixando pistas para reconsiderar as relações entre formação de professores, trabalho e saberes docentes.

Regisnei Aparecido Oliveira Silva e Lídia Andreu Guillo buscam compreender e correlacionar, em estudo de caso descritivo longitudinal realizado com 20 professores, selecionados por critérios de inclusão e exclusão, estresse e gênero no exercício da docência na Educação Básica, no artigo intitulado *Condições de trabalho e estresse: um estudo com professores do sexo masculino da educação básica*.

E Juliana de Souza Soares e Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira focalizam, em *Políticas para a formação de professores para Educação Profissional: Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes (PEFPD) – desafios e possibilidades*, o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docente, ofertado por uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica de Belo Horizonte, tendo em vista avaliar que papel este vem cumprindo, no sentido de cobrir uma lacuna em termos de formação docente para esta modalidade. Em pesquisa “quanti-quali”

concluem que o curso “é comprometido com uma formação consistente, levando em consideração as particularidades de seus alunos, que são oriundos de cursos que não contemplam formação didático-pedagógica”.

Estudando de forma histórico-analítica por meio de pesquisa bibliográfica e documental a formação profissional, Jefferson Carriello do Carmo, no texto *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no contexto das novas formas de trabalho e educação*, identifica elementos centrais no processo de reorganização/reestruturação produtiva e os correlaciona com a conjuntura brasileira em que ocorre a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A pesquisadora francesa radicada no México, Élodie Ségal, interroga os fundamentos de uma psicologia comportamentalista subjacente aos procedimentos de competência, observando que esta lógica estadunidense ultrapassa as fronteiras nacionais num contexto de globalização econômica, no artigo intitulado *Um olhar internacional sobre a “lógica competência”: desestabilização dos sistemas produtivos e dos sistemas de formação*.

As dinâmicas do mercado de trabalho e os desafios, antigos e novos, colados à formação e ao exercício profissional dos trabalhadores também é a direção de outros artigos brasileiros.

A informalidade do setor calçadista em três municípios brasileiros é objeto do artigo *Mercado de trabalho e informalidade no setor calçadista: um estudo comparado entre três municípios brasileiros nos anos 2000 e 2010*, de autoria de Luís Henrique Silva Ferreira e André Junqueira Caetano, e indica-nos que “uma indústria calçadista menos estruturada [potencializa, obviamente, a] quantidade de trabalho informal, com maior proporção de migrantes e mais horas trabalhadas”, evidenciando, de certo modo, a intensificação e a precarização do trabalho nas situações de trabalho encontradas nesse setor.

Victor Hugo Junqueira e Maria Cristina do Santos Bezerra discutem os modos como as transformações produtivas demandam outra qualificação dos trabalhadores do agronegócio para exercerem diferentes funções de execução e gestão na produção. Os autores concluem, em *As novas exigências da reprodução da qualificação da força de trabalho para o agronegócio*, que há uma “tentativa de preparar os trabalhadores polivalentes e flexíveis para realizar múltiplas tarefas de execução ou, simplesmente, estarem disponíveis a vender sua força de trabalho qualificada ao mercado”.

Outros trabalhadores do campo, agricultores familiares, estão no centro da reflexão de Isaura Isabel Conte e Leonir Amantino Boff, que se interrogam sobre os sistemas de cultivo (campesinato e agronegócio) e suas relações com o uso de agrotóxicos no campo brasileiro. *Campesinato e sistemas de cultivos: implicações entre a agroecologia e os agrotóxicos* foi produzido adotando “como método o materialismo histórico e dialético” a partir de pesquisa “realizada por meio da leitura e análise bibliográfica e do exame de publicações governamentais e representações de classe ligadas ao agronegócio”.

Em *Conhecer e estudar o trabalho*, Yves Schwartz nos convoca à questão fundamental sobre o que seja o trabalho para que possa ser conhecido com as categorias e conceitos produzidos nos diversos campos do conhecimento.

Por fim, na nossa seção RESUMOS, Renata Bastos Ferreira Antipoff apresenta a tese *Competência prática, cognição e matemática na atividade de trabalhadores pouco escolarizados da construção civil*, em que busca “compreender a ação eficaz e não eficaz de trabalhadores pouco escolarizados resolvendo problemas práticos que envolvem matemática no canteiro de obras”.

Ana Paula Vieira Souza, por sua vez, ouviu 16 crianças e adolescentes (entre 10 e 14 anos) assistidos pelo Programa Bolsa Família de escolas públicas estaduais da Grande Região Metropolitana de Belém/PA sobre as experiências de trabalho em *Trabalho infantil: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho*.

Fernanda Freire Fonseca analisa a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no contexto do judiciário brasileiro, evidenciando os impactos para a saúde dos trabalhadores do Judiciário. Em *Novas tecnologias na justiça do trabalho: impacto do processo judicial eletrônico na saúde e cotidiano de trabalho dos servidores*, a autora analisa a informatização dos processos de trabalho nas varas judiciais.

Neusa Maria Silva apresenta *Expectativas profissionais das operárias de um canteiro de obras da construção civil na cidade de Belo Horizonte*, um processo investigativo que permitiu apurar “que, apesar das dificuldades no trabalho no canteiro de obras, as operárias têm muitas expectativas profissionais, estão confiantes e não querem retornar ao trabalho doméstico assalariado”. A oportunidade de crescimento profissional é identificada no canteiro de obras e a partir dele, apontando-se ainda, em se tratando das questões de gênero, que existe “a necessidade de mudanças de valores e dos constructos sociais das representações atribuídas aos homens e às mulheres no ambiente de trabalho”.

Boa leitura a todos(as).

Ailton Vitor Guimarães⁷

⁷ Doutor em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana, Mestre em Tecnologia/Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professor da Carreira de EBTT do CEFET-MG. E-mail: <vitor@deii.cefetmg.br>.